

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica¹

The Millennium Development Goals (MDG) – a critical evaluation

Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho*

Frederico Cavadas Barcellos **

* Economista do IBGE e professor da Universidade Estácio de Sá. RJ - Brasil

End. Eletrônico: paulo.mibielli@ibge.gov.br

** Geógrafo do IBGE - RJ, Brasil

End. Eletrônico: frederico.barcellos@ibge.gov.br

Recebido em 02.07.2014

Aceito em 04.12.2014

ARTIGO - VARIA

RESUMO

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram aprovados na 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2001 como um desdobramento da Cúpula do Milênio, sendo considerado o mais bem-sucedido esforço de combate à pobreza. Não há dúvida que os ODM foram um sucesso do ponto de vista político, em especial para a ONU que alcançou uma projeção na área social que nunca havia obtido antes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência fracassada. O paradoxo é que sua proposta de alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015 fracassou, apesar de todos os esforços. Este texto tem como objetivo fazer um balanço crítico dos ODM quanto à sua formulação e implementação, destacando questões metodológicas e empíricas.

Palavras-chave: objetivos do desenvolvimento do milênio, desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico, pobreza, sustentabilidade

ABSTRACT

The Millennium Development Goals (MDG) were adopted during the 56th Session of the General Assembly of the United Nations in 2001 as an offshoot of the Millennium Summit is considered the most successful effort the combating poverty. There is no doubt that the MDG were a success from the political point of view, especially for the UN that reached a projection in this area that has never been achieved before. The Sustainable Development Goals would not be on the agenda if the MDG were considered a failed experiment. The paradox is that its proposal to achieve a set of human development goals by 2015 was failed, despite all efforts.

This paper aims to make a critical assessment of the MDG as its formulation and implementation, highlighting methodological and empirical issues.

Keywords: millennium development goals, human development, economic development, poverty, sustainability

1. APRESENTAÇÃO

“The eight Millennium Development Goals are arguably the most politically important pact ever made for international development” (Lancet and London International Development Centre Commission 2010)

“Are the Millennium Development Goals just a string of global wish lists?” (Saith 2006)

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgem no documento *“Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration”*, aprovado pela 56ª sessão da Assembleia das Nações Unidas em 2001 como um desdobramento da Cúpula do Milênio ocorrida no ano anterior. Segundo Ban Ki-Moon – secretário-geral da ONU – Organização das Nações Unidas, “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram os mais bem-sucedidos esforços para combater a pobreza em toda a história” (ONU, 2013, p.3).

Este texto tem como objetivo fazer um balanço crítico dos ODM quanto à sua formulação e implementação, destacando questões metodológicas e empíricas.

2. AS ORIGENS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Segundo David Hulme², os ODM se originam de discussões havidas em duas instituições – ONU e OECD no contexto das relações internacionais pós-Guerra Fria. No período da Guerra Fria, a ajuda dos países que disputavam a hegemonia política e econômica mundial tinha papel de “moeda de troca” para atrair países em desenvolvimento para um dos dois lados. Na década de oitenta a ajuda aos países pobres perde importância, pois se acreditava que políticas de liberalização seriam suficientes para levar esses países ao desenvolvimento. Como o fim da Guerra Fria, em 1989, a realidade muda de forma mais drástica e as agências oficiais de assistência ao desenvolvimento tiveram expressivos cortes no orçamento (Hulme, 2010). A União Europeia, ciente do problema, monta um grupo de trabalho com objetivo de avaliar o futuro da ajuda ao desenvolvimento e o papel dos Comitês de ajuda ao desenvolvimento. Essas discussões levaram, em 1996, à elaboração do documento *“Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation”* (OECD, 1996) que fixava objetivos e metas (a maioria para 2015) divididos em três áreas: bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental e regeneração. A redação de algumas metas seria futuramente aproveitada, quase literalmente, nos ODM (ex.: redução da extrema pobreza). Nesse do-

cumento também procurou-se consolidar muito do que já havia sido estabelecido pela ONU, nas várias conferências ocorridas nos anos 90 (ex.: Rio 92) quanto a objetivos e metas.

Em 2000, o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o documento “*We the peoples: the Role of the United Nations in the 21th Century*”. O principal tema do documento foi a erradicação da pobreza. Isso representou uma mudança de foco, pois “agora desenvolvimento é sinônimo de erradicação (ou diminuição) da pobreza” (Hulme, 2007, p.8).

Ainda em 2000 realiza-se a Cúpula do Milênio, onde é aprovada a “Declaração do Milênio” que serviu de base para os ODM estabelecidos em 2001 no “*Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*”. O objetivo era fazer convergir dois processos que começaram de forma independente, o da OECD e o da ONU. Em 2000 o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OECD e o Banco Mundial, juntos com a ONU, haviam divulgado o documento “*A Better World for All*” (FMI, OECD, UN, WB, 2000), que pode ser considerado uma prévia dos ODM.

Os ODM também se beneficiaram de um novo contexto em termos de teorias de desenvolvimento e de metodologias de gestão. Nos anos 90, ganhou espaço a ideia de Amartya Sen de desenvolvimento como desenvolvimento de capacidades, que desembocaria na concepção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo *United Nations Development Program* (UNDP). Em 1990, o Banco Mundial trouxe pobreza como o tema de seu *World Development Report*, dando, pela primeira vez, destaque a políticas sociais.

Em 1992 foi publicado, com grande repercussão, o livro *Reinventing Government* de Osborne e Gaebler, que propõe que agências de governo adotem a lógica do setor privado de mensurar de forma direta seus objetivos e metas. O foco passa a ser “identificar e continuamente monitorar objetivos, metas e indicadores” (Hulme, 2010, p. 2). Os objetivos, metas e indicadores deveriam ser *SMART - Stretching, Measurable, Agreed, Realistic and Time-limited*, portanto, elásticos, mensuráveis, acordados, realistas e delimitados no tempo. A ONU também criou um fórum de discussão sobre o mesmo tema³. Na resolução da Assembleia Geral da ONU, de onde originou o referido fórum, há menção explícita sobre a necessidade de uma administração pública eficiente para a implementação dos ODM⁴.

3. OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

São oito os objetivos do milênio, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores (em anexo a relação completa). Estão comprometidos com os ODM os 189 países-membros da ONU e 23 organizações internacionais.

A relação inicial sofreu duas modificações desde sua formulação no *Road Map*⁵.



Em 2007, em função das resoluções do *World Summit* de 2005 (UN, 2005) e das recomendações do Secretário-Geral, quatro novas metas foram incluídas. Em 2008 a linha de pobreza foi revista, passando de US\$1,00 dólar dia em paridade de poder de compra (ppp) para US\$1,25 ppp, em função de estudos feitos pelo Banco Mundial (RAVILLION; CHEN; SANGRAULA, 2008).

Os objetivos do milênio são:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2) Universalizar a educação primária;
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O arcabouço dos ODM foi muito importante, pois se “definiu pela primeira vez um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos especificados numa tentativa de dar sentido operacional para algumas das dimensões básicas do desenvolvimento humano” (UN, 2012, p.5). Muitos países em desenvolvimento desenharam estratégias nacionais de desenvolvimento explicitamente orientadas para atingir as metas dos ODM e colocaram esses objetivos entre suas prioridades nacionais. Os ODM fortaleceram a capacidade de produção de estatísticas dos países em desenvolvimento que, para tanto, contaram com apoio dos países ricos.

Segundo o *Lancet and London International Development Centre Commission* (2010) há quatro importantes contribuições positivas dos ODM: estimula o consenso mundial global; fornece foco para a defesa da ajuda aos países mais pobres; aprimora a focalização e o fluxo de ajuda ao desenvolvimento e; desenvolve o monitoramento de projetos de desenvolvimento. As principais vantagens (forças) dos ODM seriam ter objetivos⁶: i) simples, limitados e mensuráveis; ii) com prazo para serem alcançados; iii) focados em áreas onde há grande consenso internacional; iv) orientado para resultados; v) que assumam o pressuposto que a pobreza é um fenômeno multidimensional e; vi) que venham acompanhados de políticas de apoio à produção de estatísticas.

4. CRÍTICAS AOS ODM - QUESTÕES GERAIS

“The MDG were never very satisfying as an academic or intellectual concept” (Gass 2013)

As críticas que vamos apresentar a seguir são as chamadas críticas internas. Isso significa que concordamos com o pressuposto básico dos ODM, de que seus objetivos são instrumentos importantes para se promover o desenvolvimento, e que para serem eficazes devem se desdobrar em metas e indicadores. Os indicadores

podem ter uma relação estrita com a meta ou fornecer informações complementares que ajudem a entender a evolução dos principais indicadores.

A opção por essa metodologia inevitavelmente acarreta na aceitação que o escopo da análise estará limitado (ao que é mensurável), e que a realidade estará fragmentada em diferentes indicadores. Como bem colocou Vandemoortele (2009, p.356), “não importa o número, um conjunto de metas nunca poderá cobrir de forma adequada todas as dimensões do desenvolvimento humano”⁷.

Nossa principal crítica é que não encontramos – portanto, se existe é pouco visível – nenhum documento da ONU que justifique e fundamente a escolha dos 8 objetivos, 21 metas e 60 indicadores dos ODM. Encontramos apenas um documento - *UN Development Group (2003)* - especificamente sobre a metodologia dos indicadores, e que não discute como, a partir das metas, se chegou aos indicadores⁸. O fato de não existir esse documento sugere que muitas escolhas foram políticas, fruto de acordos entre países e organizações cuja lógica talvez nunca venha a público.

Outra questão geral é de ordem prática: como produzir e monitorar 60 indicadores⁹ que, em tese, devem estar disponíveis para todos os 189 países-membros da ONU. Em média, há três indicadores por meta. Não seria mais realista ter menos metas e indicadores? A Comunidade Europeia, por exemplo, trabalha para monitorar suas políticas com dois conjuntos de indicadores: o conjunto completo e os chamados “*core indicators*”, que é um subconjunto menor acompanhado mais de perto. Certamente um dos motivos que levaram a ONU a não optar por esse caminho foi que a escolha de quais indicadores são mais importantes é também política, o que significariam negociações complicadas para a escolha dos mesmos.

A escolha do ano-base é outra questão de ordem geral. Dado que a Declaração do Milênio, que serviu de base para os ODM, é de 2000, seria natural que fosse este o ano-base. No entanto, o ano-base é 1990. A implicação dessa escolha é a baixa disponibilidade de estatísticas. Muitos países pobres só passaram a produzir as estatísticas necessárias para os ODM a partir do seu estabelecimento. Como as metas são para 2015, esses países terão, na prática, bem menos tempo que os demais para cumprir as metas.

Não só o ponto de partida (ano-base) tem certa dose de arbitrariedade, o ponto de chegada também. Por que a escolha de 2015? Quatorze anos – estamos pressupondo que o processo dos ODM se inicia em 2001 com o *Road Map* – é um tempo viável para se atingir a meta? A resposta vai depender em grande medida em quanto o país estava distante da meta em 2001 e também do esforço que ele fará, com ajuda internacional em muitos casos, em quatorze anos para cumpri-la. Como vários autores destacaram – ex.: *UN Task Team 2012* - ao se fixar o ano-base em 1990 e a meta em 2015 foram prejudicados principalmente os países africanos que são os mais atrasados e menos preparados para cumprirem as metas.

O ponto de partida de tudo foram os oito objetivos obtidos a partir da Declaração



do Milênio. Sem entrar no mérito do número de objetivos, cabe destacar que a declaração do milênio (UN, 2000) é mais abrangente em termos de temática do que os ODM. Foram omitidos inteiramente os temas “paz, segurança e desarmamento”, e “direitos humanos, democracia e governança”.

Outras críticas¹⁰:

- i) foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, sem levar em consideração as desigualdades e diferenças regionais entre os diferentes países;
- ii) pouca atenção às desigualdades existentes dentro da população e entre grupos sociais específicos dentro de um país;
- iii) baseia-se nas conquistas mínimas – por exemplo, educação básica – não captando demandas dos países de renda média – como educação secundária e universitária;
- iv) metas voltadas para países pobres, quando a pobreza está concentrada especialmente nos países de renda média;
- v) ODM são baseados principalmente em redução de metas relativas, que apresentam duas limitações: a) tendem a ser inversamente proporcionais ao nível inicial, logo colocam maior carga nos países mais pobres, com menos recursos; e b) dependendo do crescimento da população, a meta relativa (%) pode ser alcançada e, ao mesmo tempo, o problema ter aumentado, em termos absolutos (número de pessoas afetadas);
- vi) não abordam os meios para se chegar aos fins – por exemplo, instituições, mudanças estruturais – nem princípios gerais de políticas. É uma agenda, mas não uma estratégia de desenvolvimento;
- vii) as metas são quantitativas e não qualitativas – por exemplo: metas de qualidade do ensino ficaram de fora;
- viii) distorcem as políticas de ajuda ao desenvolvimento que passam a ser excessivamente focada nos ODM, deixando de lado outras áreas;
- ix) distorcem as políticas públicas que passam a ser excessivamente focadas em alcançar as metas dos ODM em curto prazo.

5. CRÍTICAS ESPECÍFICAS AOS ODM

Nesse item vamos analisar cada um dos ODM quanto ao seu objetivo, metas e indicadores. Na literatura sobre ODM não é comum essa abordagem, pois o que predomina são avaliações e críticas ao conjunto dos ODM. Em muitos momentos mencionaremos a necessidade de mais indicadores e metas para melhor cobrir o objetivo analisado. Isso muitas vezes é necessário, mas temos consciência de que existe um trade-off; mais indicadores significa necessidade de produzir mais estatísticas, o que nem sempre é possível com um nível mínimo de qualidade, e também torna o monitoramento mais difícil.

5.1 OBJETIVO 1: ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Esse objetivo tem três metas, duas com datas. Como já mencionado, não é explicado porque a proporção de pessoas vivendo com menos de U\$ 1,25 ppp ao mês tem que ser reduzida à metade (meta 1.A). Por que não uma meta mais ambiciosa, se o objetivo é erradicar e não diminuir a extrema pobreza e a fome? O mesmo argumento se aplica à meta 1.C de reduzir pela metade a proporção de pessoas que passam fome.

A meta 1.B é a mais incompreensível, pois a rigor nem pode ser chamada de meta, uma vez que não fixa um prazo para ser alcançada “pleno e produtivo emprego e trabalho decente para todos, inclusive mulheres e jovens”. Provavelmente não se fixou um prazo por um motivo muito simples: essa é uma meta impossível de ser alcançada, pelo menos numa sociedade capitalista. Portanto, não é uma meta e sim uma declaração de intenções.

É importante deixar claro que esse objetivo trata da pobreza em termos de renda, que é uma das dimensões da pobreza, e tem sérias limitações para ser utilizada em sociedades rurais pobres, onde a produção para autoconsumo é grande e é baixa a monetização da economia.

O uso de dólar com paridade de poder de compra tem suas limitações, mas, dado ao grande número de países envolvidos, seu uso é inevitável e não vemos sentido em criticá-lo. Essas limitações são reconhecidas pela própria ONU (UN, 2003).

Um dos indicadores é a participação dos 20% mais pobres (quartil de menor renda) no consumo nacional. Para se ter essa estatística se pressupõe que o país tenha uma pesquisa domiciliar que investigue renda e consumo. Uma pesquisa sobre o consumo das famílias é muito complexa e trabalhosa e, portanto, os países mais pobres terão muita dificuldade de realizá-la.

O indicador proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores domiciliares (considerados trabalhadores vulneráveis¹¹) como proporção do emprego total não tem um valor de referência. Portanto, não há um parâmetro para se avaliar o desempenho do indicador. O que seria uma proporção alta de trabalhadores por conta própria e trabalhadores domiciliares? O indicador crescimento do PNB por pessoa empregada apresenta o mesmo problema. Sem um parâmetro, é impossível afirmar se uma meta foi atingida ou não.

Os indicadores relativos à fome – proporção de crianças abaixo do peso e de população com dieta insuficiente - são muito demandantes em termos de produção de estatística. Significa pesar todas as crianças com menos de 5 anos e ter uma detalhada pesquisa de hábitos de consumo. Mesmo assim pode haver distorções; uma criança pode estar com peso adequado, mas ter uma alimentação inadequada (ex.: excessivamente calórica). Outra limitação é que o peso tem que ser relacionado com a altura da criança, para ser analisado de forma correta (UN DEVELOPMENT GROUP, 2003).



Como bem assinalou Lancet and London International Development Centre Commission (2010), faltou uma meta para produção agrícola familiar, que é importante tanto para o combate à pobreza quanto da fome. Por sinal, metas de produção agrícola e industrial estão ausentes dos ODM. No terciário, apenas alguns setores estão presentes – por exemplo: serviços de cunho social (saneamento, saúde, educação etc.).

5.2 OBJETIVO 2: ALCANÇAR A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA¹²

A meta é muito ambiciosa e, portanto, irrealista - “assegurar que, até 2015, todas as crianças, tanto meninos como meninas, estejam em condições de completar a educação primária”. É impossível nesse prazo, colocar todas as crianças na escola. Também precisaria ser definido o que se entende por “estar em condições de completar”. Como garantir isso? Talvez só com taxa de evasão zero por vários anos consecutivos.

Como vários autores já assinalaram – p. ex. Karver, Kenny e Sumner (2012) - trata-se de uma meta mais de frequência à escola do que de aprendizado. Completar a educação primária não significa a mesma coisa, em termos de aprendizado, em diferentes países e mesmo dentro de um mesmo país. Índices de repetência, de distorção série idade e mesmo resultados do teste PISA¹³ poderiam ser usados para medir qualidade do ensino.

5.3 OBJETIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR AS MULHERES

A meta é “eliminar a disparidade de gênero na educação primária e secundária, preferencialmente até 2005 e em todos os níveis de educação no mais tardar em 2015” é inteiramente irrealista. Se o *Road Map* que instituiu os ODM é de 2001, como esperar que em quatro anos pudesse acabar a disparidade de gênero na educação primária e secundária?

O empoderamento das mulheres – conceito que por sinal não é definido - não se restringe ao acesso à educação. Há também uma contradição com o objetivo 2. Faz sentido eliminar a disparidade de gênero na educação secundária e terciária se não há meta para universalizar o acesso a esses níveis de educação?

Apesar da única meta desse objetivo referir-se apenas à eliminação da disparidade entre gêneros na educação, dois dos seus três indicadores não tratam desse tema. Esse é um exemplo de fraca articulação entre objetivo- meta- indicador.

Os indicadores “proporção do emprego feminino no setor não agrícola” e “proporção de mulheres no parlamento” precisariam de um valor de referência. Implicitamente se supõe que esse valor seja seria 50%, que é também irrealista no curto e médio prazo.

5.4 OBJETIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE DAS CRIANÇAS

A meta é a redução em $2/3$ ¹⁴ da taxa de mortalidade das crianças com menos de 5 anos de idade de 1990 a 2015. Novamente não é explicado porque a redução precisa ser de $2/3$. Não há um valor de referência, e o importante não é simplesmente que a mortalidade diminua, mas que ela caia até um determinado nível considerado aceitável. Todas as metas de redução deveriam ter valores de referência. Se a mortalidade por rubéola é tão importante, tanto que foi incluído um indicador sobre vacinação¹⁵, por que não incluir o índice de mortalidade por essa doença?

5.5 OBJETIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

O indicador de taxa de uso de contraceptivos é impreciso, pois abarca o uso de qualquer contraceptivo, durante qualquer período de tempo¹⁶ (vide definição em WHO, 2006). Mesmo assim é inteiramente irrealista a meta de se alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva.

5.6 OBJETIVO 6: COMBATE A HIV/AIDS, MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Esse objetivo tem a única meta, que de forma inequívoca, não foi atingida - “Alcançar, até 2010, acesso universal ao tratamento para HIV/AIDS para todos que necessitam”. Um ponto a ser esclarecido é o motivo dessa meta, bem como a de biodiversidade do Objetivo 7, terem como referência o ano de 2010 e não 2015, como é o caso da maioria das demais.

Informações sobre o combate ao HIV/AIDS demandam muito dos órgãos produtores de estatística. Um exemplo é o indicador de uso de preservativo entre, pelo menos, a população de risco. Como os homossexuais são população de risco, supõe-se que se saiba qual é seu contingente. Dado o preconceito que cerca o tema, é provável que a maioria dos países não tenha essa informação. Segundo a Ong Ilga, em pelo menos 78 países há leis que criminalizam práticas homossexuais¹⁷.

Esse objetivo tem um dos indicadores mais irrealistas, em termos de disponibilidade de estatísticas, que é a “taxa de frequência a escola de órfãos em relação a não órfãos de idade de 10 a 14 anos”. No caso, são órfãos em que um dos pais morreu de AIDS.

Com relação à malária e tuberculose, é crítica a questão de disponibilidade de estatísticas. Segundo Attaran (2005), com as informações existentes é no mínimo difícil estimar a incidência de malária e tuberculose, e a taxa de mortes entre mães só pode ser estimada de forma muito rudimentar¹⁸.

5.7 OBJETIVO 7: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Esse objetivo prima pela imprecisão das metas. A primeira é “Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais”. Em primeiro lugar não há data; portanto, a rigor,



não é meta. O que vem a ser “integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais”? Isso não é esclarecido. Não é por acaso que essa meta não possui nenhum indicador.

A meta seguinte, 7.B, é “reduzir a perda da biodiversidade alcançando, em 2010, uma redução significativa da taxa de perda”. O que vem a ser concretamente “perda da biodiversidade” e “redução significativa”? Isso não é explicado. Algumas pistas sobre o que vem a ser perda da biodiversidade podem ser encontradas nos indicadores, todos muito demandantes em termos de estatísticas. Por exemplo, quantos países têm condição de estimar a proporção de seus estoques pesqueiros que está dentro de limites biológicos de segurança?

A meta 7.C é “diminuir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico”. O que vem a ser acesso sustentável? Basta a população ter acesso ao saneamento, sem levar em conta, por exemplo, se o esgoto é tratado ou não? São perguntas sem respostas. Nessa meta, mesmo o manual da ONU (UN, 2003) assume que não existe uma definição uniforme do que seja saneamento adequado, o que prejudica a comparação das estatísticas. A definição adotada no manual de acesso a saneamento básico melhorado (*improved sanitation*) é bastante ampla e, portanto, é muito questionável se seria efetivamente acesso a saneamento básico adequado.

A última meta é “alcançar até 2020 uma significativa melhoria na vida de pelo menos 100 milhões de moradores em favelas”. Por que 2020? Por que 100 milhões? Por que essa é a única meta quantitativa com valor numérico? Por que a meta é um número absoluto, mas seu único indicador é uma proporção (percentagem da população urbana vivendo em favelas) e não um valor numérico? Novamente são perguntas sem respostas.

Essa meta foi atingida por ser pouco ambiciosa. Segundo o relatório da ONU de 2013, de 2000 a 2010 mais de 200 milhões de moradores em favelas tiveram melhoras em condições de moradia. Mas se estima que em 2012 haveria 863 milhões de pessoas em países em desenvolvimento morando em favelas, e a tendência é de crescimento. Portanto, 200 milhões representam apenas 23,2% do total¹⁹.

5.8 OBJETIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Não há datas para nenhuma meta desse objetivo, aquele que trata basicamente dos compromissos dos países ricos com os países pobres. Isso mostra claramente um tratamento diferenciado entre esses dois grupos de países. Vamos nos restringir a comentar as duas últimas metas, que estão mais voltadas para os países em desenvolvimento.

A meta 8.E é “proporção da população com acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis em bases sustentáveis”. A World Health Organization (WHO)

tem uma relação de medicamentos essenciais, mas o acesso aos mesmos é levantado por meio de uma pesquisa junto a especialistas e não junto a população (UN, 2003), o que limita muito a qualidade da informação. O próprio manual dos indicadores dos ODM assume que são muitas as informações necessárias para produzir esse indicador e que a comparabilidade internacional desses dados é limitada²⁰.

A meta 8 F é “em cooperação com o setor privado, tornar disponível os benefícios de novas tecnologias, em especial as de informação e comunicação”. Os indicadores dessa meta – telefones fixos e celulares e usuários de Internet por 100 habitantes – tiveram incremento significativo em todos os países, por fatores não relacionados aos ODM (FAKUDA-PARR; GREENSTEIN, 2010). Portanto, são indicadores devem ser vistos com reservas.

6. A QUESTÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

“Let’s face it: it’s over. The MDG will not be met” (EASTERLY, 2009).

“It is impossible to say with any certainty what was the impact of the MDG” (Kenny; Sumner, 2011).

Esse é um ponto polêmico, pois há diferentes entendimentos sobre o que seja o cumprimento das metas. A seguir comentaremos os principais pontos em discussão nesse tema.

6.1 AS METAS DOS ODM DEVEM SER PERSEGUIDAS, MAS NÃO NECESSARIAMENTE ALCANÇADAS?

Essa pergunta parece, à primeira vista, sem sentido – afinal se existem metas, essas devem ser alcançadas. Mas Fukuda-Parr e Greenstein (2010) e Clemens, Kenny e Moss (2007) abordam essa questão de outra forma. Para eles, os ODM devem ser vistos como normativos, portanto, não faria sentido tratar objetivos com a mesma rigidez de metas de planejamento. O importante seria perseguir as metas e os ODM seriam bem-sucedidos se conseguissem acelerar esse processo; por exemplo, acelerar a diminuição da pobreza. Alcançar as metas seria secundário. Os ODM deveriam ser encarados como instrumentos utilizados para se alcançar o desenvolvimento humano e não estritamente como metas. Porém não é dessa forma que a ONU e a maioria dos países e partes interessadas veem a questão. Estudo de Fukuda-Parr e Greenstein conclui que não houve, depois da instituição dos ODM, uma aceleração do avanço em direção ao cumprimento das metas na maioria dos países e na maioria dos indicadores.

6.2 COMO AS METAS DOS ODM SÃO GLOBAIS, SÓ PODEM SER CUMPRIDAS NO NÍVEL MUNDIAL?

Em caso afirmativo, metas por países/regiões fazem pouco sentido, tendo em vista que foram elaboradas com base em tendências mundiais e não regionais e locais. Como a população pobre se concentra atualmente nos países de renda média, especialmente na China e na Índia (KANBUR; SUMNER, 2011), bastaria que esses dois países cumprissem a meta com alguma folga para, em muitos casos, a meta global ser atingida. Dentro dessa lógica, não faria sentido dar ajuda aos países africanos, pois eles influenciam pouco no cumprimento da meta. Com isso dezenas de países pobres seriam excluídos. Além disso, se as metas são meras



extrapolações de tendências mundiais, então deveria ser fácil cumpri-las (TABATABAI, 2007). Portanto, não faria sentido existir os ODM.

Vandemoortele (2009) tem razão quando afirma que é muito difícil para um país com baixo desenvolvimento humano alcançar as metas dos ODM. Por esse motivo, a ONU passou a aceitar o uso de metas nacionais, sem abrir mão das metas globais. Isso possibilita que o país cumpra sua meta nacional, que a princípio seria mais realista, sem necessariamente cumprir as metas globais.

6.3 A AJUDA AOS PAÍSES POBRES AUMENTOU? OS ODM INFLUENCIARAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Os ODM, como vimos, foram formulados com a intenção de ser um meio para estimular dois fins: maior ajuda dos países ricos aos países pobres e maior empenho dos países, em especial os mais pobres, em aumentar seu desenvolvimento humano. Os dois fins se complementam, pois mais ajuda contribui para maior empenho. Mas a ajuda aumentou depois do estabelecimento dos ODM? Segundo o estudo de Kenny e Sumner (2011), a fraca evidência disponível aponta que os ODM contribuíram para o aumento da ajuda dos países ricos aos pobres, e que essa ajuda pode ter tido algum impacto sobre os resultados na área social. O impacto dos ODM foi limitado, tanto nas políticas de desenvolvimento dos países, quanto na redução global da pobreza. Em suma o resultado é favorável aos ODM, mas está longe de ser robusto e de mostrar evidências fortes e conclusivas.

6.4 AS METAS SERÃO ALCANÇADAS?

Segundo Clemens, Kenny e Moss (2007), a meta de diminuição da pobreza será alcançada devido ao progresso da China e da Índia, mas é difícil assegurar o quanto dessa redução se deve especificamente aos ODM, dado que vários outros fatores também tiveram influência nesse resultado (FUKUDA-PARR, 2012). No caso dos países da América Latina, o fim da inflação, o crescimento econômico proporcionado pelo boom das commodities, avanços na educação e políticas de transferência de renda contribuíram para a diminuição do número de pobres. A redução da pobreza no mundo tem sido lenta e muito desigual entre os países.

O último relatório da ONU de avaliação do progresso nos ODM – *The Millennium Development Goals Report 2013* (UN, 2013a)²¹ – afirma, no capítulo de Visão Global, que já se alcançou ou se está em vias de alcançar dentro do prazo estabelecido as metas de: 1) redução do número de pessoas vivendo em extrema pobreza; 2) redução do número de pessoas que passam fome; 3) diminuição da proporção de pessoas sem acesso à água potável de qualidade; 4) redução das taxas de morte por tuberculose; 5) redução das taxas de morte por malária; 6) melhora na situação de 100 milhões de moradores em favelas; 7) queda do serviço da dívida como proporção das exportações; e 8) diminuição do imposto de importação dos países ricos relativos às exportações dos países em desenvolvimento.

O relatório confunde os conceitos de meta e indicador. Utiliza o termo metas, mas, na verdade, está se referindo a indicadores. Com o desempenho favorável dos oito indicadores relacionados no parágrafo anterior, só se alcança uma meta. Pois, para atingir as metas, seria necessário conseguir resultados favoráveis em todos os indicadores relativos à meta considerada. Por exemplo, um dos indicadores da meta 1. A - “diminuir pela metade, de 1990 a 2015, a proporção dos que vivem com menos de U\$1,25 ppp ao dia” – é a participação dos 20% mais pobres no consumo nacional. Esse indicador não é sequer mencionado no relatório. A única meta alcançada é a 7. D - “Até 2020, alcançar significativa melhora na vida de pelo menos 100 milhões de moradores em favelas”, pois a essa meta só corresponde a um único indicador, que, segundo o relatório, teve o resultado desejado. Vale frisar que o relatório destaca com resultados favoráveis apenas oito dos sessenta indicadores que fazem parte dos ODM.

A redução da pobreza leva à redução da fome, portanto, esse era um resultado esperado. Como a meta relativa às favelas é um número absoluto e os maiores avanços ocorreram na Ásia²², é bem provável que Índia e China tenham influenciado o resultado final.

Com relação à malária, o relatório é contraditório. No capítulo relativo à meta 6 não se afirma que ela foi ou está em vias de ser alcançada, e sim que houve significativas reduções na incidência da doença, mas que “para sustentar esses ganhos se requer um esforço extra e um renovado compromisso da comunidade internacional” (UN, 2013a, p. 38). Ou seja, nada está garantido²³. Quanto à malária, os gráficos apresentados mostram expressiva queda nos índices da Ásia, portanto, o resultado pode estar influenciado pelo desempenho de China e Índia.

Quanto ao acesso à água potável, quatro regiões já atingiram a meta, e como consequência, a meta foi alcançada globalmente. Das quatro regiões, três são da Ásia, e a quarta é a América Latina. Novamente o resultado global pode ter sido muito impactado pela evolução favorável de dois países (China e Índia). O relatório faz ressalva quanto à qualidade das estatísticas, afirmando que “o número de pessoas sem acesso à água potável de boa qualidade deve ser duas ou três vezes maior do que o que consta das estimativas oficiais” (UN, 2013a, p. 47). Levando-se em consideração essa ressalva, pode-se afirmar com segurança que a meta foi atingida? Note-se que já foram levantados nesse texto questionamentos metodológicos aos indicadores relativos à malária, tuberculose e favelas.

Com relação aos indicadores econômicos, não há muito que dizer, pois a rigor não há metas para os mesmos. Sem dúvida, a queda da relação serviço da dívida/exportações é uma boa notícia e se refere à meta 8.D “lidar de forma abrangente com os problemas de dívida dos países em desenvolvimento por meio de medidas nacionais e internacionais de modo tornar a dívida sustentável no longo prazo”. Não há como dizer que a meta foi alcançada, pois a mesma não menciona de quanto essa



relação serviço da dívida/exportações deva cair ou em que nível essa relação pode ser considerada sustentável.

Com relação à queda do imposto de importação vale o mesmo argumento. Provavelmente muito pouco desses dois resultados se deve aos ODM. No caso, por exemplo, do primeiro indicador certamente o boom de commodities que beneficiou as exportações dos países em desenvolvimento foi o que mais influenciou.

Vale reafirmar que é difícil avaliar o cumprimento das metas pela falta de estatísticas. Segundo UN, “Em 2012, 135 países tinham dados para, pelo menos, dois pontos no tempo para 16 a 22 indicadores” (UN, 2013a, p. 58). Note-se que 189 países são filiados à ONU, 60 indicadores fazem parte dos ODM e, pelo menos, dois pontos no tempo é muito pouco para se estimar tendências. Além disso, há problemas de qualidade e comparabilidade das estatísticas existentes, vide o caso de acesso à água potável.

Em suma, pelas evidências apresentadas no relatório os oito ODM não foram, nem serão atingidos. Foi alcançada apenas uma das quatro metas do Objetivo 7 – assegurar a sustentabilidade ambiental – que é a relativa à favelas, com devidas ressalvas mencionadas no texto. As demais vinte metas dos ODM não foram atingidas.

6.5 OS DADOS DO RELATÓRIO DA ONU SOBRE OS ODM ESTÃO CORRETOS?

Os dados não estão corretos, segundo o Banco Mundial (BM). Para vários indicadores, o banco de dados dos ODM do Banco Mundial (BM) informa que não há estatísticas mundiais disponíveis, inclusive para alguns indicadores que, segundo UN (2013a), teriam obtidos resultados favoráveis em termos do alcance das metas tais como incidência de malária, percentagem e montante da população urbana que vive em favelas e imposto sobre importações de países em desenvolvimento, serviço da dívida/exportação²⁴. Portanto, esse é um ponto no mínimo controverso.

7. A AGENDA PÓS-2015 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Como a maioria das metas dos ODM tem como referência o ano de 2015, é natural que se discuta qual seria a agenda de desenvolvimento da ONU para depois de 2015. O documento final da reunião RIO+20, no Rio de Janeiro, menciona que devem ser estabelecidas metas e indicadores de desenvolvimento sustentável (ODS), que sejam compatíveis com a agenda de desenvolvimento para além de 2015, e que não desviem o esforço para a realização dos ODM (UN, 2012).

Em função dessa resolução, foram criados vários fóruns de discussão nas Nações Unidas: Grupo de Trabalho Aberto; Painel de alto nível de personalidades eminentes do Secretário-Geral da ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento da organiza-

ção para o período pós-2015; Força-tarefa sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015; Rede de soluções para o desenvolvimento sustentável; Consultas Nacionais, Globais e Temáticas; Consultas Regionais e Pacto Global da ONU (UN, 2013b). O tema é também discutido fora da ONU. O debate ainda está em curso, mas tudo indica que os ODS terão a mesma estrutura dos ODM (objetivo - meta - indicador), mas serão mais abrangentes, incorporando novas temáticas²⁵.

8. COMENTÁRIOS FINAIS

Há um consenso de que os ODM foram um sucesso do ponto de vista político, em especial para a ONU, que alcançou uma projeção na área social nunca obtido, principalmente em relação à redução da extrema pobreza e a fome. No entanto, ao completarem-se quatorze anos da implementação dos ODM, uma análise dos resultados globais mostra que seu sucesso deve ser relativizado tendo em vista que ocorreu mais intensamente no campo do marketing político. O balanço mostra que a proposta de se alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015, na prática, fracassou.

Foram vários os motivos do fracasso: foco excessivo em metas internacionais que, implicitamente, também seriam metas nacionais, mas que não levaram em consideração as desigualdades entre as nações; número exagerado de indicadores de acompanhamento; metas demasiadamente ambiciosas e, até certo ponto inatingível, que demandavam estatísticas inexistentes em muitos países; metas de difícil monitoramento; metas e indicadores não adequados ao ODM e não articulados entre si; problemas metodológicos na formulação de metas e indicadores; priorização de metas quantitativas em detrimento das qualitativas, etc. Além disso, não foi encontrado nenhum documento da ONU que justificasse e fundamentasse a escolha dos objetivos, metas e indicadores dos ODM. Temas como paz, segurança e desarmamento, direitos humanos, democracia e governança não foram contemplados. Dentre os ODM faltou também uma meta para produção agrícola familiar dada a sua importância para a sustentabilidade ambiental, e no combate à pobreza e a fome.

Por fim, há de se ressaltar ainda que houve priorização de uma agenda com abordagem excessivamente focada em resultados, sem que fossem levados em conta estratégias de como se obter os meios para se chegar aos resultados propostos. Observou-se também que, de acordo com o Banco Mundial, muitos dados não podem ser creditados como corretos, justificado pela inexistência de estatísticas disponíveis.

A proposta atual, ainda em discussão, é que os países invistam nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência fracassada. Será uma nova tentativa com mais objetivos, metas e indicadores (VEIGA, 2013), portanto, com problemas muito maio-



res tanto metodológicos quanto empíricos, bem como de monitoramento o que mostra que ainda não se aprendeu a lição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTARAN, Amir. (2005) An immeasurable crisis? A criticism of the Millennium Development Goals and why they cannot be measured. *Plos Medicine*. October, 2005. Vol. 2, issue 10. Disponível em <<http://www.plosmedicine.org/article/fetchObject.action?uri=info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pmed.0020318&representation=PDF>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

CLEMENS, M., KENNY, C. e MOSS, T. The Trouble with the MDG: Confronting Expectations of Aid and Development Success - *World Development*. Vol. 35, number 5, pp.735-751. 2007. Disponível em <http://faculty.ucr.edu/~jorgea/econ181/clemens_etal_wd07.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

EASTERLY, William. The Tragedy of the Millennium Development Goals AidWatch. July 6, 2009. Disponível em <<http://aidwatchers.com/2009/07/the-tragedy-of-the-millennium-development-goals/>>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

EUROPEAN COMMISSION. Indicative Guidelines on Evaluation Methods: Monitoring and Evaluation indicators Working Document n° 2. August, 2006. Disponível em <http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2007/working/wd2indic_082006_en.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2013.

FAKUDA-PARR, S.; GREENSTEIN, J. How should MDG implementation be measured: Faster Progress or Meeting Targets? International Policy Center for Inclusive Growth. Working Paper number 63. May, 2010. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper63.pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

FAKUDA-PARR, S. Should global goal setting continue, and how, in the post-2015 era? 2012. Disponível em <http://www.un.org/esa/desa/papers/2012/wp117_2012.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

GASS, Thomas. How useful are the Millennium Development Goals? School of Management and Law. 2013. Disponível em <http://www.lighttheway.org/files/2013/04/MDG_Opinions_JulianeKaestner_March2013.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

HIGGENS, Kate. Reflecting on the MDG and Making Sense of the Post-2015 Development Agenda Research Report The North-South Institute. May, 2013. Disponível em <<http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2013/05/2013-Post-2015.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2013.

HULME, David. The Making of the Millennium Development Goals: Human Development Meets Results- based Management in an Imperfect World. BWPI

Working Paper. Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK. 2007. Disponível em <<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/773bwpi-wp-1607.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

_____. The Millennium Development Goals (MDG): A Short History of the World's Biggest Promise. BWPI Working Paper 100. Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK. 2009. Disponível em <http://www.seed.manchester.ac.uk/medialibrary/bwpi/publications/working_papers/bwpi-wp-10009.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

HULME, D. e SCOTT, J. The Political economy of the MDG: Retrospect and Prospect for the World's Biggest Promise, BWPI Working Paper 110. Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK. 2010. Disponível em <<http://www.bwpi.manchester.ac.uk/resources/Working-Papers/bwpi-wp-11010.pdf>>. Acesso em 8 de novembro de 2013.

HULME, D. Poverty and Development thinking: Synthesis or uneasy compromise? BWPI Working Paper 180. Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK. 2013. Disponível em <http://www.seed.manchester.ac.uk/medialibrary/bwpi/publications/working_papers/bwpi-wp-18013.pdf>. Acesso em 20 de dezembro 2013.

IMF, OECD, UN, WB. A Better World for All. 2000. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/jointpub/world/2000/eng/bwae.pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

KARVER, J., KENNY, C.; SUMNER, A. Poor Countries or Poor People? Development assistance and the New Geography of Global poverty. 2011. Disponível em <<http://kanbur.dyson.cornell.edu/papers/KanburSumnerPoorCountriesOrPoorPeople.pdf>>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

KARVER, J., KENNY, C.; SUMNER, A. MDG 2.0: What Goals, Targets, and Timeframe? 2012. Disponível em <http://www.cgdev.org/files/1426271_file_Kenny_Karver_MDGs_FINAL.pdf>. Acesso em 26 de dezembro de 2013.

KENNY, C. e SUMNER, A. More Money or More Development: What have the MDG Achieved? Working Paper 278, Center for Global Development. 2011. Disponível em <http://www.cgdev.org/files/1425806_file_Kenny_Sumner_MDGs_FINAL.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

LANCET AND LONDON INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTRE COMMISSION. The Millennium Development Goals: a cross- sectoral analysis and principles for goal setting after 2015. 2010. Disponível em <<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/S0140673610611968.pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.



McARTHUR, J., SACHS, J.; SCMIDT-TRAUB, G. Response to Amir Attaran Plos Medicine. 2005. Vol. 2 Issue 1. Disponível em <<http://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/about/director/documents/PLOSMedicineNov292005withMcArthurandSchmidtTraub-ResponsetoAttaran.pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

OECD. Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Co-operation Development Assistance Committe –DAC. 1996. Disponível em <<http://www.oecd.org/dac/2508761.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

OSBORNE, David. Reinventing Government – Public Productivity & Management review. Vol. 16, No 4, Fiscal Pressures and productive Solutions: Proceedings of the Fifth National Public Sector Productivity Conference. 1993. Disponível em <<http://sangyubr.files.wordpress.com/2012/02/reinventing-government.pdf>>. Acesso em 23 de dezembro de 2013.

RAVILLION, M., CHEN, S. e SANGRAULA, P. Dollar a day Revisited – Policy Research Working Paper 4620. The World Bank, 2008. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/09/02/000158349_20080902095754/Rendered/PDF/wps4620.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2013.

SAITH, A. From universal values to Millennium Development Goals: lost in translation – Development and Change. 2006. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2006.00518.x/pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013

TABATABAI, Hamid. MDG Targets: Misunderstood or Misconceived? International Poverty Center One. 2007. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager33.pdf>>. Acesso em 1 de julho de 2014.

UNITED NATIONS. United Nations Millennium Declaration Resolution adopted by the General Assembly. 2000. Disponível em <<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 2013.

_____. Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration - Report of the Secretary-General. Fifty-sixth session. 2001. Disponível em <<http://www.un.org/millenniumgoals/sreport2001.pdf?OpenElement>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

_____. Resolution adopted by the General Assembly. 2005 World Summit Outcome General Assembly. 2005. Disponível em <<http://www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf>>. Acesso em 26 de dezembro de 20013.

_____. The Future We Want. 2012. Disponível em <<http://www.uncsd2012.org/content/documents/>>

727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

_____. The Millennium Development Goals Report. 2013a. Disponível em <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

_____. A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015 Report of Secretary-General. 2013b. Disponível em <<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf>>. Acesso em 29 de dezembro de 2013.

_____. The Millennium Development Goals Report. 2014. Disponível em <<http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2014

UN DEVELOPMENT GROUP. Indicators for Monitoring the Millennium Development Goals- Definitions, Rationale, Concepts and Sources. 2003. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesf/Seriesf_95E.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2013.

UN SYSTEM TASK TEAM. UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda – Review of the contributions of the MDG Agenda to foster development: Lessons for the post-2015 UN development agenda – Discussion Note. 2012. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg_assessment_Aug.pdf>. Acesso em 24 de dezembro de 2013.

VANDEMOORTELE, J. The MDG Conundrum: Meeting the Targets without Missing the point Development Policy Review. 2009. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7679.2009.00451.x/pdf>>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

_____. Advancing the UN development agenda post-2015: some practical suggestions Report submitted to the UN Task Force regarding the post-2015 framework for development. 2012. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/jan_vandemoortele_Aug.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2013.

VEIGA, J. E. Indicadores Socioambientais. 2013. Disponível em <http://cebri.org/midia/documentos/pubkas13_1.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2013

WHO. Contraceptive prevalence rate World Health Organization. 2006. Disponível em <<http://www.who.int/whosis/whostat2006ContraceptivePrevalenceRate.pdf>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.



ANEXOS

ANEXO 1 - LISTA OFICIAL DOS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Official list of MDG indicators

All indicators should be disaggregated by sex and urban/rural as far as possible.

Effective 15 January 2008

Millennium Development Goals (MDGs)	
Goals and Targets (from the Millennium Declaration)	Indicators for monitoring progress
Goal 1: Eradicate extreme poverty and hunger	
Target 1.A: Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than one dollar a day	1.1 Proportion of population below \$1.25 (PPP) per day ^a 1.2 Poverty gap ratio 1.3 Share of poorest quintile in national consumption
Target 1.B: Achieve full and productive employment and decent work for all, including women and young people	1.4 Growth rate of GDP per person employed 1.5 Employment-to-population ratio 1.6 Proportion of employed people living below \$1.25 (PPP) per day 1.7 Proportion of own-account and contributing family workers in total employment
Target 1.C: Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people who suffer from hunger	1.8 Prevalence of underweight children under-five years of age 1.9 Proportion of population below minimum level of dietary energy consumption
Goal 2: Achieve universal primary education	
Target 2.A: Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling	2.1 Net enrolment ratio in primary education 2.2 Proportion of pupils starting grade 1 who reach last grade of primary 2.3 Literacy rate of 15-24 year-olds, women and men
Goal 3: Promote gender equality and empower women	
Target 3.A: Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015	3.1 Ratios of girls to boys in primary, secondary and tertiary education 3.2 Share of women in wage employment in the non-agricultural sector 3.3 Proportion of seats held by women in national parliament
Goal 4: Reduce child mortality	
Target 4.A: Reduce by two-thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate	4.1 Under-five mortality rate 4.2 Infant mortality rate 4.3 Proportion of 1 year-old children immunised against measles
Goal 5: Improve maternal health	
Target 5.A: Reduce by three quarters, between 1990 and 2015, the maternal mortality ratio	5.1 Maternal mortality ratio 5.2 Proportion of births attended by skilled health personnel
Target 5.B: Achieve, by 2015, universal access to reproductive health	5.3 Contraceptive prevalence rate 5.4 Adolescent birth rate 5.5 Antenatal care coverage (at least one visit and at least four visits) 5.6 Unmet need for family planning
Goal 6: Combat HIV/AIDS, malaria and other diseases	
Target 6.A: Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS	6.1 HIV prevalence among population aged 15-24 years 6.2 Condom use at last high-risk sex 6.3 Proportion of population aged 15-24 years with comprehensive correct knowledge of HIV/AIDS 6.4 Ratio of school attendance of orphans to school attendance of non-orphans aged 10-14 years
Target 6.B: Achieve, by 2010, universal access to treatment for HIV/AIDS for all those who need it	6.5 Proportion of population with advanced HIV infection with access to antiretroviral drugs
Target 6.C: Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases	6.6 Incidence and death rates associated with malaria 6.7 Proportion of children under 5 sleeping under insecticide-treated bednets 6.8 Proportion of children under 5 with fever who are treated with appropriate anti-malarial drugs 6.9 Incidence, prevalence and death rates associated with tuberculosis 6.10 Proportion of tuberculosis cases detected and cured under directly observed treatment short course

Goal 7: Ensure environmental sustainability	
Target 7.A: Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the loss of environmental resources	7.1 Proportion of land area covered by forest 7.2 CO ₂ emissions, total, per capita and per \$1 GDP (PPP) 7.3 Consumption of ozone-depleting substances 7.4 Proportion of fish stocks within safe biological limits
Target 7.B: Reduce biodiversity loss, achieving, by 2010, a significant reduction in the rate of loss	7.5 Proportion of total water resources used 7.6 Proportion of terrestrial and marine areas protected 7.7 Proportion of species threatened with extinction
Target 7.C: Halve, by 2015, the proportion of people without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation	7.8 Proportion of population using an improved drinking water source 7.9 Proportion of population using an improved sanitation facility
Target 7.D: By 2020, to have achieved a significant improvement in the lives of at least 100 million slum dwellers	7.10 Proportion of urban population living in slums ^b
Goal 8: Develop a global partnership for development	
Target 8.A: Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system Includes a commitment to good governance, development and poverty reduction – both nationally and internationally	<i>Some of the indicators listed below are monitored separately for the least developed countries (LDCs), Africa, landlocked developing countries and small island developing States.</i> Official development assistance (ODA) 8.1 Net ODA, total and to the least developed countries, as percentage of OECD/DAC donors' gross national income 8.2 Proportion of total bilateral, sector-allocable ODA of OECD/DAC donors to basic social services (basic education, primary health care, nutrition, safe water and sanitation) 8.3 Proportion of bilateral official development assistance of OECD/DAC donors that is untied 8.4 ODA received in landlocked developing countries as a proportion of their gross national incomes 8.5 ODA received in small island developing States as a proportion of their gross national incomes
Target 8.B: Address the special needs of the least developed countries Includes: tariff and quota free access for the least developed countries' exports; enhanced programme of debt relief for heavily indebted poor countries (HIPC) and cancellation of official bilateral debt; and more generous ODA for countries committed to poverty reduction	Market access 8.6 Proportion of total developed country imports (by value and excluding arms) from developing countries and least developed countries, admitted free of duty 8.7 Average tariffs imposed by developed countries on agricultural products and textiles and clothing from developing countries 8.8 Agricultural support estimate for OECD countries as a percentage of their gross domestic product 8.9 Proportion of ODA provided to help build trade capacity
Target 8.C: Address the special needs of landlocked developing countries and small island developing States (through the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States and the outcome of the twenty-second special session of the General Assembly)	Debt sustainability 8.10 Total number of countries that have reached their HIPC decision points and number that have reached their HIPC completion points (cumulative) 8.11 Debt relief committed under HIPC and MDRI Initiatives 8.12 Debt service as a percentage of exports of goods and services
Target 8.D: Deal comprehensively with the debt problems of developing countries through national and international measures in order to make debt sustainable in the long term	8.13 Proportion of population with access to affordable essential drugs on a sustainable basis
Target 8.E: In cooperation with pharmaceutical companies, provide access to affordable essential drugs in developing countries	8.14 Fixed-telephone subscriptions per 100 inhabitants 8.15 Mobile-cellular subscriptions per 100 inhabitants 8.16 Internet users per 100 inhabitants
Target 8.F: In cooperation with the private sector, make available the benefits of new technologies, especially information and communications	

The Millennium Development Goals and targets come from the Millennium Declaration, signed by 189 countries, including 147 heads of State and Government, in September 2000 (<http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>) and from further agreement by member states at the 2005 World Summit (Resolution adopted by the General Assembly - A/RES/60/1, <http://www.un.org/Docs/journal/asp/ws.asp?m=A/RES/60/1>). The goals and targets are interrelated and should be seen as a whole. They represent a partnership between the developed countries and the developing countries "to create an environment – at the national and global levels alike – which is conducive to development and the elimination of poverty".

^a For monitoring country poverty trends, indicators based on national poverty lines should be used, where available.

^b The actual proportion of people living in slums is measured by a proxy, represented by the urban population living in households with at least one of the four characteristics: (a) lack of access to improved water supply; (b) lack of access to improved sanitation; (c) overcrowding (3 or more persons per room); and (d) dwellings made of non-durable material.

1 Texto apresentado no VI CISDA em Quito, Equador. Agradecemos a Maria Cristina Vallejo pelo convite para participar deste evento, a Eloísa de Castro Silva pelas críticas e sugestões ao artigo e a Priscila Koeller e Marcia QuintsIr pelo incentivo e apoio. Este texto expressa a opinião pessoal dos autores e não das instituições onde trabalham.

2 Tomamos David Hulme como autor de referência para a história dos ODM em especial Hulme (2007), Hulme (2009), Hulme e Scott (2010), e Hulme (2013).

3 Vide <http://www.unpan.org/DPADM/Events/GlobalForum/GlobalForumonReinventingGovernment/tabid/441/language/en-US/Default.aspx>

4 Vide <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan008487.pdf>

5 Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/About.htm>

6 UN System Task Team (2012), Higgens (2013), Karver, Kenny e Sumner (2012) dentre outros.

7 Para Lancet and London International Development Centre Commission (2010) os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam ser mais holísticos e sinérgicos que os ODM. Os autores, no entanto, não chegam a formular uma proposta concreta de ODS com base nesses princípios.

8 Como o documento é de 2003, as inclusões posteriores de metas e indicadores estão disponíveis apenas no link <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/MainPage.ashx>

9 Estamos incluindo nesse total todos os indicadores. Excluindo os do Objetivo 8, que se referem principalmente aos países ricos, o total seria de 44 indicadores.

10 Vide UN System Task Team (2012), Higgens (2013), Karver, Kenny e Sumner (2012) Lancet and London International Development Centre Commission (2010) dentre outros.

11 Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/1-7-Proportion-of-own-account-and-contributing-family-workers-in-total-employment.ashx>

12 A educação primária corresponde, no caso do Brasil, à primeira metade do ensino fundamental.

13 Programme for International Student Assessment (PISA) da OECD vide <http://www.oecd.org/pisa/>

14 Para não ficar repetitivo não vamos, a partir desse objetivo, mencionar a questão das metas arbitrariamente fixadas, salvo casos extremos.

15 Segundo UN 2003 a rubéola é a principal causa de mortalidade infantil dentre as doenças onde é possível imunização.

16 O manual dos indicadores dos ODM deixa claro que quesito “período de tempo” é investigado de diversas formas pelos países vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/5-3-Contraceptive-prevalence-rate.ashx>

17 “Prática homossexual ainda é crime em 78 países, cinco deles aplicam pena de morte”. Site UOL disponível em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/05/17/pratica-homossexual-ainda-e-crime-em-78-paises-cinco-deles-aplicam-pena-de-morte.htm> acesso em 27 de dezembro de 2013.

18 O artigo de Amir Attran foi contestado em McArthur, Sachs e Schmidt-Trau 2005, mas não foram questionados os pontos que destacamos

19 Talvez por causa disso, essa meta perca destaque no relatório de 2014, não estando na relação de metas atingidas no capítulo de visão geral.

20 Vide <http://mdgs.un.org/unsd/mi/wiki/8-13-Proportion-of-population-with-access-to-affordable-essential-drugs-on-a-sustainable-basis.ashx>

21 Posteriormente, quando o presente texto estava em revisão final, foi divulgado o relatório de 2014 (UN 2014) que é ainda mais otimista em relação ao cumprimento das metas. Por questões de tempo e espaço, optamos não analisá-lo, mesmo porque, em linhas gerais, os problemas que apontamos continuam presentes.

22 Vide gráfico, na página 50 do referido relatório, sobre a proporção da população urbana vivendo em favelas. Estranhamente a meta é em números absolutos, mas o gráfico é em percentuais.

23 No relatório de 2014, a posição da ONU muda e se afirma que, mantidas as tendências atuais, as metas para malária e tuberculose serão alcançadas, (UN 2014).

24 Vide http://databank.worldbank.org/data/Views/Reports/ReportWidgetCustom.aspx?Report_Name=MDG-Table&Id=c658ae98&inf=n acesso em 30/12/2013 e 25 de novembro de 2014

25 Vide Higgins 2013 para um balanço da discussão sobre os ODS.

